

Nome	Vínculo	Carreira	Categoria	Escalaço	Índice	Observações
Virgolino Valério Pacheco Pedro . . . . .	Nomeação . . .	Engenheiro técnico agrário.	Técnica especialista . . .	2	475	
Vítor Manuel Bota Palmilha . . . . .	Nomeação . . .	Assistente administrativo.	Assistente administrativa especialista.	3	295	(a)

(a) Pedido de passagem voluntária à situação de mobilidade especial, conforme previsto no n.º 4 do artigo 11.º da Lei n.º 53/2006, de 7 de Dezembro.

## Gabinete de Planeamento e Políticas

### Despacho n.º 12 886/2007

Por despacho de 23 de Maio de 2007 da directora do Gabinete de Planeamento e Políticas, foi Rui Manuel Costa Martinho, assessor da carreira de engenheiro do quadro do ex-GPPAA, promovido a assessor principal, escalaço 1, índice 710, da mesma carreira e quadro, de acordo com o disposto da alínea b) do n.º 3 do artigo 15.º da Lei n.º 10/2004, de 22 de Março.

Esta nomeação produz efeitos a 24 de Maio de 2007.

24 de Maio de 2007. — A Directora de Serviços de Sistemas de Informação e Gestão, *Maria Del Carmen Pastor*.

## MINISTÉRIO DAS OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

### Secretaria-Geral

#### Rectificação n.º 865/2007

Por ter sido publicado com inexactidão no *Diário da República* 2.ª série, n.º 101, de 25 de Maio de 2007, o despacho n.º 9606/2007, rectifica-se que onde se lê «10 de Abril de 2007» deve ler-se «30 de Abril de 2007».

28 de Maio de 2007. — O Secretário-Geral, *Santos Cardoso*.

#### Rectificação n.º 866/2007

Por ter sido publicado com inexactidão o despacho (extracto) n.º 8586/2006, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 75, de 17 de Abril de 2006, pelo qual foi declarada a utilidade pública com carácter de urgência da expropriação das parcelas necessárias à execução da obra da A1 — sublanço Aveiro Sul-Albergaria, rectifica-se que onde se lê «\*1)125» deve ler-se «\* 1)25».

29 de Maio de 2007. — O Secretário-Geral, *Santos Cardoso*.

## Conselho Consultivo de Obras Públicas, Transportes e Comunicações

### Louvor n.º 315/2007

No final da presidência no Conselho Superior de Obras Públicas e Transportes, louvo José Joaquim Pinto da Silva pelos serviços prestados como motorista em que revelou permanente disponibilidade, competência e dedicação ao serviço.

24 de Janeiro de 2007. — A Presidente, *Natércia Marília Magalhães Rêgo Cabral*.

## MINISTÉRIO DO TRABALHO E DA SOLIDARIEDADE SOCIAL

### Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social, I. P.

#### Aviso n.º 11 325/2007

1 — Nos termos do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, faz-se público que, autorizado por deliberação do conselho directivo do Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social, I. P., de 3 de Maio

de 2007, se encontra aberto, pelo prazo de 10 dias úteis a contar da data da publicação do presente aviso, concurso interno de acesso misto para provimento de dois lugares na categoria de técnico profissional especialista principal, existentes no quadro de pessoal deste Instituto, aprovado pelas Portarias n.ºs 4/88, de 6 de Janeiro, e 168/88, de 19 de Março, sendo fixadas as seguintes quotas:

Referência n.º 1 — um lugar destinado a funcionários pertencentes a este Instituto;

Referência n.º 2 — um lugar destinado a funcionários de outros organismos.

1.1 — O presente aviso será inscrito (registado) na bolsa de emprego público (BEP) no prazo de dois dias úteis após a publicação no *Diário da República*, nos termos do Decreto-Lei n.º 78/2003, de 23 de Abril.

2 — Validade do concurso — o concurso visa exclusivamente o provimento dos lugares postos a concurso e caduca com a aceitação dos mesmos.

3 — Legislação aplicável — Decretos-Leis n.ºs 248/85, de 15 de Julho, 184/89, de 2 de Junho, 353-A/89, de 16 de Outubro, 427/89, de 7 de Dezembro, 442/91, de 15 de Novembro, 6/96, de 31 de Janeiro, 50/98, de 11 de Março, 204/98, de 11 de Julho, 404-A/98, de 18 de Dezembro, 260/99, de 7 de Julho, 29/2000, de 13 de Março, 141/2001, de 24 de Abril, e 112/2004, de 13 de Maio, Lei n.º 10/2004, de 22 de Março, e Decreto Regulamentar n.º 19-A/2004, de 14 de Maio.

4 — Conteúdo funcional — compete ao técnico profissional especialista principal o exercício de funções a que genericamente se refere o n.º 3 do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 248/85, de 15 de Julho, bem como o mapa I anexo àquele diploma, nas áreas a que se refere a Portaria n.º 168/88, de 19 de Março.

5 — Local e condições de trabalho — o local de trabalho é em Lisboa e as condições de trabalho e regalias sociais são as genericamente vigentes para os funcionários da Administração Pública.

6 — Requisitos de admissão:

Referência n.º 1 — podem ser opositores ao concurso todos os funcionários pertencentes a este Instituto com a categoria de técnico profissional especialista;

Referência n.º 2 — todos os funcionários com categoria de técnico profissional especialista independentemente do serviço ou organismo a que pertençam;

que satisfaçam o disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 404-A/98, de 18 de Dezembro.

7 — Local de afixação — a relação de candidatos admitidos ao concurso, bem como a lista de classificação final, a qual será ainda publicada nos termos do artigo 40.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, será afixada nos seguintes locais:

Avenida de Manuel da Maia, 58, rés-do-chão, 1049-002 Lisboa;  
Avenida de António Serpa, 32, rés-do-chão, 1069-201 Lisboa.

8 — Métodos de selecção a utilizar — avaliação curricular, na qual são considerados os factores habilitação académica de base, formação profissional, experiência profissional e classificação de serviço — artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, conjugado com a Lei n.º 10/2004, de 22 de Março, e Decreto Regulamentar n.º 19-A/2004, de 14 de Maio.

9 — Critérios de apreciação e ponderação — constam de actas de reuniões do júri do concurso, as quais serão facultadas aos candidatos sempre que solicitadas.

10 — Classificação final — resulta da soma da pontuação atribuída aos vários factores analisados na avaliação curricular e é traduzida numa escala de 0 a 20 valores.

11 — Formalização das candidaturas — os requerimentos de admissão ao concurso, elaborados conforme o estipulado no Decreto-Lei n.º 135/99, de 22 de Abril, contendo a indicação da categoria a que se candidatam, deverão ser dirigidos ao presidente do conselho directivo do Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social, I. P., Avenida de Manuel da Maia, 58, 1049-002 Lisboa, podendo ser enviados pelo correio, com aviso de recepção, ou entregues pessoalmente na mesma morada.

12 — Dos requerimentos deverão constar os seguintes elementos:

a) Identificação completa (nome, filiação, nacionalidade, nacionalidade, data de nascimento, número e data do bilhete de identidade

e serviço de identificação que o emitiu), residência, código postal e telefone;

b) Habilitações académicas;

c) Habilitações profissionais (cursos de formação, com indicação do número de dias e horas da respectiva duração);

d) Experiência profissional com menção expressa da categoria, serviço a que pertence, natureza do vínculo e antiguidade na categoria, na carreira e na função pública;

e) Declaração, sob compromisso de honra, em como é detentor dos requisitos gerais de provimento em funções públicas (n.º 2 do artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho);

f) Quaisquer outros elementos que os candidatos entendam dever referir por serem relevantes para a apreciação do seu mérito, os quais só serão tidos em consideração pelo júri quando devidamente comprovados.

13 — Os requerimentos de admissão ao concurso deverão ser acompanhados, sob pena de exclusão, dos seguintes documentos:

a) *Curriculum vitae*, devidamente datado e assinado, do qual constem, designadamente, as habilitações académicas, as funções que exerce e as exercidas anteriormente, com indicação dos respectivos períodos de duração e actividades relevantes, bem como a formação profissional detida e respectiva duração;

b) Documentos comprovativos das habilitações académicas, da formação profissional e das classificações de serviço dos anos relevantes para o efeito;

c) Declaração, passada e autenticada pelo serviço ou organismo de origem, da qual constem, de maneira inequívoca, a existência e natureza do vínculo e a antiguidade na actual categoria, na carreira e na função pública;

d) Declaração autenticada, passada pelo serviço onde o candidato exerceu as funções no período de referência relevante para efeitos do presente concurso, especificando as tarefas e responsabilidades que lhe estiverem cometidas;

e) Documentos comprovativos das declarações feitas nos termos da alínea f) do n.º 12 do presente aviso.

14 — Aos funcionários do Instituto é dispensável a apresentação dos documentos referidos na alínea b) do n.º 13 do presente aviso, caso constem no respectivo processo individual, devendo tal facto ser expressamente referido pelo candidato no requerimento de admissão a concurso.

15 — Assiste ao júri a faculdade de exigir a qualquer candidato, em caso de dúvida sobre a situação descrita, a apresentação de documentos comprovativos das suas declarações.

16 — O júri do presente concurso tem a seguinte constituição:

Presidente — Licenciada Maria Alcinda Esteves Barros Avilez Basto, assessora.

Vogais efectivos:

Licenciada Maria Zulmira Martins Ribeiro Fraga, assessora.

Licenciada Maria Alexandra Saraiva Gonçalves, técnica superior de 1.ª classe.

Vogais suplentes:

Bacharel Maria Fernanda Soares Ferreira Faustino, técnica especialista principal.

Celeste Maria Oliveira Ramos Rodrigues, técnica especialista principal.

Nas ausências e impedimentos da presidente do júri, esta será substituída pela vogal efectiva licenciada Maria Zulmira Martins Ribeiro Fraga.

29 de Maio de 2007. — A Directora de Serviços, *Maria Isabel Galvão Grilo*.

## MINISTÉRIO DA SAÚDE

### Gabinete do Ministro

#### Despacho n.º 12 887/2007

1 — Nos termos e ao abrigo do disposto nos n.ºs 1 e 2 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 294/90, de 21 de Setembro, no n.º 2 do artigo 1.º e nos n.ºs 3, 4 e 5 do artigo 19.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, na redacção da Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, nomeio, em comissão de serviço, para o exercício das funções de directora do Centro Regional de Sangue de Lisboa a licenciada Maria Laura Santos Silva Videira e Castro, cujo perfil e aptidão para o desempenho do cargo são evi-

denciados na sinopse curricular que se anexa ao presente despacho, dele fazendo parte integrante.

2 — Nos termos do n.º 3 do artigo 31.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, na redacção da Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, autorizo a nomeada a optar pelo vencimento que auferir no lugar de origem, correspondente à categoria de chefe de serviço da carreira médica hospitalar de imuno-hemoterapia.

3 — O presente despacho produz efeitos a partir de 1 de Março de 2007.

21 de Fevereiro de 2007. — O Ministro da Saúde, *António Fernando Correia de Campos*.

#### Curriculum vitae

Maria Laura Santos Silva Videira e Castro.

Data e local de nascimento — 13 de Junho de 1951, João Belo, Moçambique.

Morada institucional — Centro Hospitalar de Lisboa Ocidental — Hospital de Santa Cruz.

Serviço de imuno-hemoterapia — Avenida do Prof. Reinaldo dos Santos, 2790-134 Carnaxide.

1976 — licenciatura em Medicina pela Faculdade de Medicina da Universidade Clássica de Lisboa.

De 1987 a 1991 — especialista em imuno-hemoterapia no Hospital de Santa Cruz.

De Dezembro de 1991 a Março de 1992 — responsável do serviço de imuno-hemoterapia do Hospital de Santa Cruz.

Desde Março de 1992 — directora do serviço de imuno-hemoterapia do Hospital de Santa Cruz.

De 1991 a 1994 — assistente hospitalar de imuno-hemoterapia do quadro do Hospital de Santa Cruz.

De 1994 a 1998 — assistente hospitalar, grau de consultor de imuno-hemoterapia, do Hospital de Santa Cruz.

Desde Abril de 1998 — chefe de serviço de imuno-hemoterapia do quadro do Hospital de Santa Cruz.

Pertence ao Colégio da Especialidade de Imuno-Hemoterapia da Ordem dos Médicos.

Foundation Fellow in Hematology and Transfusion Medicine (concedido pela European Board of Medical Biopathology).

De 1998 a 2003 — presidente da comissão de doenças transmissíveis (por exposição accidental a sangue e fluidos corporais) do Hospital de Santa Cruz.

De 1992 a 1998 — coordenadora da comissão de vacinação contra a hepatite B, em pessoal hospitalar, do Hospital de Santa Cruz.

2005 — duas missões em São Tomé e Príncipe no âmbito da cooperação portuguesa com o Centro Hospitalar de São Tomé e Príncipe.

Participação como formadora em acções de formação nacionais e no estrangeiro.

Frequência de acções de formação nas áreas de imuno-hemoterapia, informática, formação pedagógica de formadores, segurança no trabalho e qualidade. No âmbito da gestão frequentou ainda as seguintes acções de formação:

2000 «Gestão de recursos humanos» — vinte e sete horas;

1999 — «Gestão financeira e produtividade» — vinte e quatro horas;

1997 — «Equipas de trabalho: Qualidade de cuidados» — trinta horas;

1996 — «Curso de gestão integrada e por resultados no hospital: Workshop para quadros dirigentes» — trinta horas.

Autora de artigos científicos publicados em revistas nacionais e estrangeiras.

Autora de mais de 50 trabalhos científicos apresentados em reuniões científicas nacionais e estrangeiras.

Integrou comissões organizadoras e científicas de congressos, de outras reuniões científicas e de cursos de formação.

Revisora de artigos científicos para publicação na revista da especialidade *ABO*.

1992 — participação em ensaio multicêntrico europeu na área da medicina transfusional.

De 1989 a 1996 — coordenadora do Sector de Hemobiologia do Centro de Criobiologia Cardiovascular, com participação em três projectos de investigação, integrados no Programa Ciência.

De 1998 a 2001 — vogal da assembleia geral da Associação Portuguesa de Imuno-hemoterapia.

De 1995 a 1998 — secretária-geral da direcção da Associação Portuguesa de Imuno-hemoterapia.

1994 — participou como docente na formação sobre terapêutica transfusional, integrada na disciplina de Terapêutica Médica da Faculdade de Ciências Médicas da Universidade de Lisboa.

Fez parte, como presidente ou vogal, de múltiplos júris de concursos da carreira médica hospitalar na área da imuno-hemoterapia.

Membro da Associação Portuguesa de Imuno-Hemoterapia e da Internacional Society of Blood Transfusion.